



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 026/2024

SÚMULA: “ACRESCENTA § 2º NO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.390/2017, RECLASSIFICA § ÚNICO, CONSTITUI ART. 10-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

AUTORIA: Vereadores José Vaz Neto (Zé Eskiva), Claudinei de Souza Jesus, Marcos Roberto Menin, Francisco Ailton dos Santos, Douglas Pereira Teixeira de Carvalho e Darli Luciano da Silva.

DA CONSULTA E O SEU OBJETO

**Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:**

Foi encaminhado a Secretaria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer o PROJETO DE LEI Nº 026/2024 de 22 de Abril de 2024 que ACRESCENTA § 2º NO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.390/2017, RECLASSIFICA § ÚNICO, CONSTITUI ART. 10-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, com o seguinte pronunciamento:

“Art. 1º Fica acrescentado os § 2º no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.390/2017, de 3 de julho de 2017, que dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos esportivos no município de Alta Floresta, reclassificando o atual parágrafo único do mesmo preceito para § 1º, além disto, constitui o artigo 10-A, conforme adiante formalizado:

Art. 1º.

Parágrafo único. (reclassificado como § 1º) §1º

§ 2º O empreendedor/incentivador/patrocinador que aderir à presente Lei de Incentivo ao Esporte, a depender do montante a ser recolhido a título de ISSQN ao Fisco Municipal, poderá apoiar um ou mais projetos esportivos inscritos e aprovados, porém devendo concentrar a destinação ao atendimento na totalidade do(s) projeto(s), vedado o rateio, exceto valor remanescente que poderá ser destinado a atender parcialmente um único projeto.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

Art. 10.

Art. 10-A. O empreendedor/incentivador/patrocinador, além do certificado expedido pelo Poder Público para uso do pagamento do ISSQN, receberá o "Selo Empresa Amiga do Esporte e Lazer", instituído por Lei específica, com a finalidade de estimular pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da qualidade do esporte e do lazer do município.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal 2.390/2017 permanecerão inalterados.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à reedição da Lei Municipal n.º 2.390/2017, com as alterações da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário."

DA JUSTIFICATIVA

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, o proponente assevera que: "(...)visa estabelecer que empreendedores e patrocinadores apoiem um ou mais projetos esportivos (inscritos e aprovados), porém, na totalidade do respectivo valor, considerando todos os aspectos e etapas, sem deixar nada de fora, garantindo assim o atendimento de forma completa ao proponente, contrário ao rateio de valores como forma de atender parcialmente vários, exceto as sobras que poderão ser destinadas como forma de atendimento parcial à um único projeto.

Outrossim, propõe-se o estabelecimento do artigo 10-A, com a finalidade de fazer referência, além do certificado expedido pelo Poder Público para uso do pagamento do ISSQN, sobretudo, a expedição do Selo Empresa Amiga do Esporte e Lazer, instituído por Lei específica, com a finalidade de estimular pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da qualidade do esporte e do lazer do município. (...)".

Por fim, encaminham o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, em regime de urgência especial, e solicitando aos nobres Edis, que a matéria ora encaminhada seja analisada e obtenha a deliberação favorável em sua íntegra.



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

É o sucinto relatório.
Passo a análise jurídica.

Pois bem.

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o projeto, ou seja, estabelecer que empreendedores e patrocinadores apoiem um ou mais projetos esportivos (inscritos e aprovados), porém, na totalidade do respectivo valor e estimular pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da qualidade do esporte e do lazer do município.

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Artigo 30- "Compete aos Municípios":
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias, em que não haja implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, in verbis:



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país.”

Concernente à iniciativa, o Projeto de Lei Ordinária está adequado às disposições legais, tendo em vista o artigo 137, do Regimento Interno desta Câmara Municipal e o artigo 41, da Lei Orgânica Municipal (LOM), que conferem legitimidade para tanto a qualquer Vereador, senão vejamos:

Art. 137. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeito a Sanção do Prefeito.

Art. 41. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara Municipal, Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Quanto à proposta em tela, razão assiste ao proponente, vez que, o projeto visa adequar a legislação local ao texto constitucional, nesse sentido, necessária a adequação.

A iniciativa legislativa, segundo o artigo 41 da Lei Orgânica do Município, cabe a qualquer Vereador, não sendo, a presente matéria, exclusiva da atuação Executiva local, vejamos:

Art. 41. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara Municipal, Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º . São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:

I - Matéria orçamentária e tributária;

II - Servidor Público, seu regime jurídico, provimento de cargos, funções e empregos públicos, estabilidade e aposentadoria;

III - Criação, estruturação e extinção de secretaria municipal, departamento, órgão autônomo e entidade da administração indireta;



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Plenário das Deliberações

- IV - Criação, extinção e transformação de cargos, funções e empregos públicos na administração pública direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;*
V - Organização da procuradoria jurídica.

Portanto, pode-se concluir que Projeto de Lei sob análise não contém qualquer vício de ordem formal, seja de iniciativa ou procedimental.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei Complementar em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos favoravelmente à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

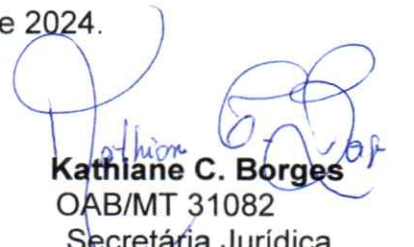
Portanto, concluímos pela VIABILIDADE TECNICA E JURIDICA do Projeto de Lei 026/2024.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

O quorum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, devendo para tanto considerar todos os Vereadores, presentes ou ausentes, conforme estabelecem os artigos 174, III, §3º e 176, "h", ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Alta Floresta – MT, 23 de Abril de 2024.


Samara C. Hammoud Costa
OAB/MT 6816
Secretária Jurídica


Kathiane C. Borges
OAB/MT 31082
Secretária Jurídica